

CAPÍTULO IV PERSPECTIVAS DE AÇÃO

71. Em nosso imenso Brasil, cada Igreja Particular responda às urgências na ação evangelizadora de acordo com as suas peculiaridades regionais. Além de características comuns da realidade brasileira em suas diferentes regiões, a fidelidade ao Evangelho no hoje de nosso tempo e o caráter indispensável do testemunho de unidade exigem uma ação orgânica em torno a alguns referenciais comuns.

72. Estas perspectivas de ação querem contribuir, por um lado, com uma Igreja “comunhão e participação”,¹³¹ despertando a criatividade e fornecendo subsídios às diversas iniciativas da ação evangelizadora. Por outro, quer promover, nas Igrejas Particulares e entre elas, uma pastoral orgânica e de conjunto mais eficaz, pois a Igreja é “Igreja de Igrejas”.¹³² Trata-se de linhas e formas de ação, de critérios, que precisarão ser concretizadas nos processos de ação pastoral em cada Igreja Particular, segundo as condições e necessidades dos respectivos contextos.

73. A proposta destas perspectivas de ação se situa no contexto de celebração dos 50 anos do encerramento do Concílio Vaticano II. Ele representa um acontecimento eclesial que marcou fortemente a caminhada da Igreja, promovendo a atualização de métodos e de linguagem, verdadeiro Pentecostes do século XX.

4.5. Igreja a serviço da vida plena para todos

109. A Igreja, através de uma pastoral social estruturada, orgânica e integral, tem a vocação e missão de promover, cuidar e defender a vida em todas as suas expressões. Ao fazer isso, testemunha que “o querigma possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade”.¹⁸⁵

110. O serviço à vida começa pelo respeito à dignidade da pessoa humana, através de iniciativas como: a) defender e promover a dignidade da vida humana em todas as etapas da existência, desde a fecundação até a morte natural; b) tratar o ser humano como fim e não como meio, respeitando-o em tudo que lhe é próprio: corpo, espírito e liberdade; c) tratar todo ser humano sem preconceito nem discriminação, acolhendo, perdendo, recuperando a vida e a liberdade de cada pessoa, tendo presentes as condições materiais e o contexto histórico, social, cultural em que cada pessoa vive. Neste sentido, destaca-se a importância da Campanha da Fraternidade, que está entre as ações eclesiais de maior impacto na sociedade.

111. Um olhar especial merece a família, patrimônio da humanidade, lugar e escola de comunhão, primeiro espaço para a iniciação à vida cristã das crianças, no seio da qual, os pais são os primeiros catequistas.¹⁸⁶ Tamanha é sua importância que precisa ser considerada “um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora”.¹⁸⁷ Portanto, é preciso uma pastoral intensa, vigorosa e frutuosa, capaz de animar a vivência da santidade no matrimônio e na família, atendendo também as diversas situações familiares e reivindicando as condições socioeconômicas necessárias ao bem estar da pessoa, da família e da sociedade.¹⁸⁸

112. É preciso intensificar o empenho na defesa da dignidade das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos. A consciência da igualdade de seus direitos e sua plena inclusão na sociedade precisam ser promovidas. Para a Igreja, o apoio a essas causas é um eloquente testemunho de sua fé em Jesus Cristo e de seu compromisso com o Reino de Deus, por Ele anunciado e mostrado presente entre nós.

113. Crianças, adolescentes e jovens precisam de maior atenção por parte de nossas comunidades eclesiais, pois são os mais expostos ao abandono, às drogas, à violência, à venda de armas, ao abuso sexual, ao tráfico humano, às várias formas de exploração do trabalho, bem como à falta de

oportunidades e perspectivas de futuro. Em vista disso, é importante promover e apoiar a pastoral da sobriedade, a pastoral juvenil, a pastoral do menor, a pastoral da criança. Neste contexto, é preciso acompanhar com atenção a discussão sobre a criminalização de menores e manifestar com clareza a posição da Igreja a respeito.¹⁸⁹ Também as pessoas idosas, expostas ao risco da exclusão, precisam ser valorizadas em sua experiência e sabedoria, reconhecidas em sua dignidade e protegidas em seus direitos.

114. No âmbito da Economia, é necessário compartilhar as alegrias e preocupações dos trabalhadores e das trabalhadoras, por meio da presença evangélica, nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas associações de classe e lazer. Através das diversas pastorais e movimentos ligados ao mundo do trabalho, urge lutar contra o desemprego e o subemprego, a precarização do trabalho e perda de direitos, criando ou apoiando alternativas de geração de renda, assim como a economia solidária, a agricultura familiar, a agroecologia, a reforma agrária¹⁹⁰, o consumo solidário, a segurança alimentar, as redes de trocas, o acesso ao crédito popular, o trabalho coletivo, a busca do desenvolvimento local sustentável e solidário.

115. Atenção especial merecem os migrantes¹⁹¹ forçados pela busca de trabalho e moradia:

- a) os migrantes brasileiros no exterior, vivendo no meio de outras culturas e tradições, que precisam de amparo, apoio e assistência social e religiosa;
- b) os migrantes sazonais, que constituem mão de obra barata e superexplorada pelo agronegócio em variadas formas;
- c) as vítimas do tráfico de pessoas seduzidas por propostas de trabalho que levam à exploração também sexual;
- d) os trabalhadores explorados pelos métodos de terceirização, vítimas de atravessadores de mão de obra;
- e) os novos migrantes estrangeiros em busca de sobrevivência em nossa pátria, muitos se encontrando em situação de não cidadania e discriminação. É urgente o estabelecimento de estruturas nacionais e diocesanas destinadas não apenas a acompanhar os migrantes e refugiados, como também a se empenharem junto aos organismos da sociedade civil, para que os governos tenham uma política migratória que leve em conta os direitos das pessoas em mobilidade.

116. No âmbito da cultura, cabe promover uma sociedade que respeite as diferenças, combatendo o preconceito e a discriminação nas mais diversas esferas, efetivando a convivência pacífica das várias etnias, culturas e expressões religiosas, o respeito às legítimas diferenças. Torna-se urgente trabalhar pela criação e aplicação de mecanismos legais para o combate a qualquer forma de discriminação, mas sempre vigilantes para evitar a afirmação exasperada de direitos individuais e subjetivos,¹⁹² bem como a ideologia do multiculturalismo relativista. A Igreja, como mãe misericordiosa, deve ser a primeira a se interessar pela defesa dos direitos humanos. Deve estar atenta, porém, às eventuais manipulações ou distorções prejudiciais à vida plena. A ética dos direitos humanos exige que se garanta a vida plena em todas as dimensões da pessoa e para todas as pessoas da sociedade.

117. Neste particular, cabe apoiar as iniciativas em prol da inclusão social e o reconhecimento dos direitos das minorias, como os povos originários, indígenas, comunidades tradicionais, afrodescendentes, ciganos, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, populações de rua e outros.¹⁹³ Como Igreja “advogada da justiça e dos pobres”,¹⁹⁴ cabe-nos denunciar toda prática de discriminação e de racismo em suas diferentes expressões e apoiarmos as reivindicações pela defesa, reconhecimento e demarcação de seus territórios, na afirmação de seus direitos, sua cidadania, seus projetos e de sua cultura.¹⁹⁵

118. Tarefa de grande importância é a formação de pensadores e pessoas que estejam em níveis de decisão, evangelizando, com especial atenção e empenho, os “novos areópagos”:¹⁹⁶

- a) um dos primeiros areópagos é o mundo universitário. Uma consistente pastoral universitária é necessária em todas as Igrejas Particulares. Quanto mais nos empenharmos em conscientizar e capacitar os leigos, a partir de sua própria profissão, para o diálogo fé e razão, estaremos animando a sua vocação no mundo e, conseqüentemente, auxiliando na melhoria da sociedade;
- b) outro urgente areópago é o mundo da comunicação. Tornam-se inadiáveis mais investimentos tecnológicos e qualificação de pessoal, para o uso adequado dos meios de comunicação; uma profética e abrangente pastoral da comunicação, garantindo a presença da Igreja no diálogo com a mentalidade e a cultura contemporâneas, à luz dos valores do Evangelho;
- c) o terceiro areópago liga-se à presença pastoral junto aos empresários, aos políticos, aos formadores de opinião no mundo do trabalho, dirigentes sindicais e líderes comunitários, disponibilizando e formando pessoas que se dediquem a ser presença significativa nestes meios.

119. Cabe também incentivar a Pastoral da Cultura, viva e atuante, através de centros culturais católicos e de projetos que visem atingir os núcleos de criação e difusão cultural e a diversidade das culturas de cunho popular.¹⁹⁷

120. Num contexto cultural cada dia mais marcado pelo ceticismo diante do conhecimento da verdade em si e impregnado por sinais evidentes de irracionalidade, também midiática, a evangelização assume o desafio de aproximar a fé e a razão, através do diálogo atento, atualizado e corajoso com as pessoas de hoje.

121. Ressalte-se a importância do cuidado da vida no planeta, dilapidado tanto ética quanto ecologicamente, pelo uso ganancioso e irresponsável dos recursos naturais. Nestes tempos de crescente consciência ecológica, a Igreja no Brasil alerta que, assim como os filhos e filhas de Deus sofrem desrespeito e ameaças, o planeta inteiro se depara, como nunca, com o risco de degradação talvez irreversível.¹⁹⁸ A exploração inescrupulosa e conseqüente devastação da Amazônia exige da Igreja no Brasil maior responsabilidade por esta macrorregião. Requer-se dobrado e mais organizado esforço e presença profética, valorizando as culturas locais e estimulando uma evangelização inculturada. O papa insiste em uma Igreja com “rosto amazônico” e quer “a formação de um clero autóctone”.¹⁹⁹

122. Importante campo de ação, hoje, é educar para a preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana, através de atitudes que respeitem a biodiversidade e de ações que zelem pelo meio-ambiente.²⁰⁰ Entre essas ações, destaca-se a preservação da água, patrimônio da humanidade, evitando sua privatização²⁰¹; do solo, combatendo o problema do lixo e da utilização de agrotóxicos; e do ar, especialmente atentos à questão da emissão de gases poluentes. O esforço por maior crescimento econômico deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável.

123. Promova-se cada vez mais a participação social e política dos cristãos leigos e leigas nos diversos níveis e instituições, por meio de formação permanente e ações concretas. Com a crise da democracia representativa, cresce a importância da colaboração da Igreja no fortalecimento da sociedade civil,²⁰² na luta contra a corrupção, bem como no serviço em prol da unidade e fraternidade dos povos, em especial na América Latina e Caribe.²⁰³

124. Como cidadãos cristãos, cabe generoso empenho para que as comunidades e demais instituições e organizações católicas colaborem ou ajam em parceria com outras instituições privadas ou públicas,²⁰⁴ com os movimentos populares e entidades da sociedade civil, em favor da implantação e da execução de políticas públicas voltadas para a defesa e a promoção da vida e do bem comum, segundo a Doutrina Social da Igreja. Incentive-se, para tanto, a participação, ativa e consciente, nos Conselhos de Direitos e o empenho generoso na busca de políticas públicas que ofereçam as condições necessárias ao bem-estar de pessoas, famílias e povos.

125. A adesão ao Evangelho incentiva “todo o batizado a ser instrumento de pacificação e testemunha credível duma vida reconciliada”.²⁰⁵ A paz, fruto da justiça e do desenvolvimento

integral de todos, pressupõe a participação em campanhas que busquem efetivar, com gestos concretos, a convivência pacífica, em meio a uma sociedade marcada por violência e banalização da vida.

126. Urge uma presença mais efetiva da Igreja, especialmente através das pastorais sociais, nas periferias existenciais, em regiões suburbanas e em situações de fratura social, tais como as favelas, os cárceres, as remoções forçadas, os moradores de rua, as crianças, adolescentes e jovens em situações de risco, a realidade da drogadicção, a mulher marginalizada, e outras situações de sofrimento humano.

127. O empenho da comunidade de fé pela promoção humana e pela justiça social exige amplo e decidido esforço para educar a comunidade eclesial no conhecimento e na aplicação da Doutrina Social da Igreja, como decorrência da fé cristã. A ética social cristã, contribuição da Igreja para a construção de uma sociedade justa e solidária, precisa ocupar lugar de destaque em nossos processos de formação e planos de pastoral. Os documentos sociais do Magistério, o Compêndio de Doutrina Social da Igreja e outras orientações oficiais são referencial imprescindível para essa atuação.

Notas

131 DAp, n. 213, 368.

132 LG, n. 23.

185 EG, n. 177.

186 DAp, n. 118, 302.

187 DAp, n. 435.

188 BENTO XVI, Discurso Inaugural da Conferência de Aparecida, n. 5.

189 PAPA FRANCISCO, Discurso à delegação da Associação Internacional de Direito Penal (23.10.2014).

190 CNBB, A Igreja e a questão agrária brasileira no início do século XXI (Doc. 101).

191 CV, n. 62.

192 DAp, n. 47.

193 CNBB, Brasil – 500 anos: diálogo e esperança (Doc. 65), n. 17-22, 58, 59.

194 BENTO XVI, Discurso Inaugural da Conferência de Aparecida, n. 4.

195 DAp, n. 529-533.

196 DAp, n. 491.

197 DAp, n. 491.

198 CNBB, Preserve o que é de todos, (Campanha da Fraternidade 1979); ID., A criação geme em dores de parto. Fraternidade e Vida no Planeta

(Campanha da Fraternidade 2011)

199 Papa Francisco, Mensagens, l.c., p. 71.

200 CV, n. 48-49.

201 CNBB, Água fonte da vida (Campanha da Fraternidade 2004).

202 CV, n. 39.

203 DAp, n. 520.

204 DAp, n. 384.

205 EG, n. 239.